

O Inconsciente Temporalizado

The Temporalized Unconscious

João José R. L. Almeida

limalme@uol.com.br

Este material pode ser livremente copiado; o autor, porém, agradece o retorno das impressões críticas do leitor e o intercâmbio de idéias.

This text can be freely copied; the author, however, appreciates the reader's feedback or her critical impressions and interchange of ideas.

Resumo

Um dos maiores problemas filosóficos da psicanálise tem sido o de definir o estatuto da sua teoria, o que envolve esclarecer e justificar seu conceito central, o de inconsciente. Isso pode ser demonstrado nas psicanálises de Freud e de Lacan. Para executar esta tarefa, Freud concebeu sua teoria nos parâmetros de uma ciência natural, adotou uma concepção representativa de linguagem e constituiu uma metapsicologia afigurada em um *espaço lógico*. A espacialização do inconsciente, no entanto, obriga à validação da teoria dentro de normas que a psicanálise não pode, simplesmente, cumprir. Além disso, dirige a clínica ao encontro de verdades pontuais e causais que tampouco se verificam. Lacan, no seu famoso retorno, dissolveu o caráter atemporal do inconsciente freudiano e evitou incorrer no mesmo tipo de confusão conceitual. O *tempo lógico* é central não só para a clínica lacaniana, mas também para o seu conceito de inconsciente. Não obstante, uma parafernália lingüístico-estrutural, entronizada em posto de honra em suas formulações, convidou a metafísica a regressar não mais pelo conteúdo mas pela forma pela qual embalou a linguagem. Discutir, sob esta ótica, as conseqüências clínicas e epistemológicas de um e de outro caso, resulta no projeto de investigar a possibilidade de uma psicanálise dotada de uma metapsicologia minimalista.

Abstract

One of the main philosophical concerns of psychoanalysis has been to define the statute of its theory, which is directly related to the clarification and justification of its central concept, the unconscious. This problem can be demonstrated both in Freud's and Lacan's psychoanalysis. In order to accomplish those task, Freud conceived his theory in the same model as the natural sciences, embraced a representative conception of language, and set up a metapsychology pictured in a *logical space*. The spacialization of the unconscious, however, asks for a validation of its theory in terms which psychoanalysis cannot simply satisfy. Besides, it brings clinics to the discovering of fixed and causal truths which hardly obtain. Lacan, in his famous return, dissolves the atemporal character of the Freudian unconscious and avoids to fall into the same conceptual confusion. The *logical time* is central not only for Lacanian clinics but also for his concept of unconscious. In spite of this, a structural linguistic paraphernalia, enthroned in his theoretical formulations, invited metaphysics to return not any more into the content of the concepts but onto the forms in what language was wrapped. To discuss under this point of view the clinical and epistemological consequences of both cases results in the project to investigate the possibilites of a psychoanalysis endowed with a minimalist metapsychology.

Palavras-Chave: Filosofia da Psicanálise, Freud, Lacan, Wittgenstein.

Keywords: Philosophy of Psychoanalysis, Freud, Lacan, Wittgenstein.

Introdução: O Naturalismo de Freud

Freud, como teórico, cingiu-se de um pressuposto inarredável no decorrer de todos os seus textos: explicar as causas do comportamento irracional e dos sintomas psíquicos, inapreensíveis pela simples neurofisiologia, mediante o único método de composição de conceitos que lhe era possível aventar. A Freud, seguidor fiel da Escola de Helmholtz (cf. Amacher, 1965), nunca ocorreu formular teorias sobre fatos psicológicos pelo seu aspecto compreensivo, interpretativo ou como descrição contingente do sentido de fatos singulares para os quais não é possível formular leis. Uma possibilidade perfeitamente factível à época do nascimento da psicanálise, já que o texto fundamental do kantiano Wilhelm Dilthey sobre a especificidade das ciências compreensivas frente às explicativas, e sua particular inspiração em Stuart Mill para defender, contra Comte, a cientificidade da psicologia, foi publicado em 1883 (cf. Dilthey, 1883). Os textos de Dilthey estavam não somente disponíveis para a cultura acadêmica alemã da época, como suas idéias eram perfeitamente operantes, no âmbito da filosofia, nos debates epistemológicos acerca da abordagem de fenômenos tipicamente mentais. O pressuposto naturalista foi, portanto, para a nascente psicanálise, assim como para a nascente psicologia alemã em geral, com Fechner e com Wundt, uma surda certeza, um ponto de partida incontestável e um apoio sem o qual, imagina-se, a disciplina não entraria na posse de uma legitimidade teórica e de uma credibilidade acadêmica urgentes e necessárias ao seu interesse para as demais ciências. O texto *Das Interesse an der Psychoanalyse* (cf. Freud, 1913) é sintomático desta tentativa de afirmação de legitimidade pela via naturalista. Não há concessões neste ponto. Seguindo o mesmo caminho metodológico proposto por Herman Helmholtz e Emil du Bois-Raymond, e seguido por Ernst Brücke, Theodor Meynert e Sigmund Exner na medicina da mente, Freud estava imbuído do santo fervor de que, para ele, “não há outra finalidade senão a de traduzir em teoria os resultados da observação” (Freud, 1915, p. 218). Ao final de sua vida, Freud ainda avaliava que “os ensinamentos da psicanálise baseiam-se em um número incalculável de observações e experiências” (Freud, 1938, p. 168). Foi a aplicação do método naturalista que conduziu Freud ao entusiasmo arquimédico e à suposição de haver

trazido à luz para a humanidade uma descoberta fundamental: o inconsciente. Nas primeiras páginas do artigo metapsicológico de 1915 constatamos de que modo se comprova a imperiosa necessidade do conceito (cf., idem, pp. 192-197):

- (a) Os dados da consciência apresentam lacunas a serem explicadas;
- (b) Uma apreensão maior do significado das coisas constitui motivo perfeitamente justificável para ir além dos limites da experiência direta;
- (c) Os estados psíquicos inconscientes permanecem em estado de latência, mas interferem ativamente no comportamento consciente;
- (d) O sistema inconsciente desfruta de plena autonomia em relação ao sistema consciente.

A descoberta e a prova científica da existência de um sistema independente da vida mental, com dinâmica, economia e topografia próprias, funda a psicanálise como uma nova disciplina com uma nova contribuição teórica e clínica. Munida de uma revelação cuja importância humana é comparável à revolução copernicana e à revelação darwiniana (Freud, 1917, p. 11), não é sem razão supor para a psicanálise uma inegável relevância frente às demais disciplinas já bem estabelecidas. Assim postos os termos do argumento, revela-se nitidamente o interesse que a matéria da sua teoria despertaria para a comunidade acadêmica. A reivindicação de um lugar de honra no panteão das ciências é, diante disso, uma consequência natural.

O que desejo demonstrar aqui não é a existência nem a comprovação do dado do inconsciente, ou sua legitimação, sua validade e sua importância; nem, por outro lado, colocar-me contra a tentativa de teorização do objeto. Interessa-me na realidade *o método* pelo qual se pode chegar a esta arquitetura conceitual para retirarmos, daí sim, ensinamentos epistemológicos e consequências clínicas úteis para uma avaliação mais geral da relevância da psicanálise como saber e como disciplina.

Como o Freud empirista puro só existiu até 1920, ocasião em que foi publicado “Além do Princípio do Prazer”, deixo de lado qualquer consideração sobre a chamada “segunda tópica”. A inexplicabilidade clínica da compulsão à repetição força a remodelação da arquitetura conceitual da psicanálise em termos mais metafísicos que propriamente empiristas, introduzindo, então, duas pulsões fundamentais, *eros* e *tânatos*, cuja concepção apóia-se muito mais numa especulação naturalista do que nos anteriores sucedâneos sensoriais (cf., sobre esta questão, Kimmerle, 2000).

O Inconsciente no Espaço Lógico

O pensamento de Freud é, sem dúvida, solidário de uma concepção empirista da psicologia. Para ele não há, em primeiro lugar, nenhuma sombra de hesitação na crença de que existe, de fato, um sistema mental correlacionado, derivado e concomitante ao sistema nervoso e seu aparato perceptivo; em segundo lugar, de que é possível estudar o conteúdo deste sistema mental como resultados particulares de estímulos físicos assimilados pelo aparelho psíquico na forma de representações ou idéias (*Vorstellungen*); e, em terceiro lugar, de que também a tendência das representações mentais é a de associarem-se a outras representações; dito de outro modo, ele supõe a existência de uma espécie de “força física”, resultante de diferenças de pressão ocasionadas por movimento e repouso de quantidades de excitação, que levam ou trazem as representações de *a* para *b*, formando relações de associação fundeadas em trilhamentos, rastros ou traços de memória.

Apesar das aparências, a relação entre o físico e o psíquico ali estabelecida não é de modo nenhum a de uma causalidade direta e mecânica. Tampouco pode-se considerar que, para Freud, o físico e o psíquico sejam, como em Descartes, duas substâncias independentes e correlacionadas *a posteriori*. O aparato psíquico e o sistema nervoso mostram-se, na verdade, como duas faces da mesma folha de papel, como lados inseparáveis e inconcebíveis isoladamente. Freud reconhece a existência de um hiato explicativo entre as instâncias cujo esclarecimento não deve ser tarefa para a psicanálise (1915, p. 201). Por outro lado, parece estar apenso à mesma idéia já defendida em 1891 em *Para Uma Concepção das Afasias*, de que a relação entre o físico e o mental seria a de uma espécie de “concomitância dependente”, isto é, uma forma de “paralelismo inexato” entre o corporal e o psíquico que lhe permitiria pensar que uma intervenção exclusiva sobre o psíquico reverteria, de forma ainda misteriosa, não mecânica nem diretamente determinativa, em efeitos sobre o físico e vice-versa (cf. sobre o tema um interessante artigo de Winograd, 2004). Essa concomitância dependente seria aceita por Freud como a sua versão do *funcionalismo*, ou, em outras palavras, seria a expressão da sua recusa ao localizacionismo puro e simples e da sua auto-imposta restrição ao campo de trabalho do psicológico (cf. Freud, 1900, p 491; 1915, pp. 200-201). É sabido que Freud pensa que o paralelismo poderia criar obstáculos para a sua explicação da consciência dentro do funcionamento do aparato psíquico (Freud 1915, p. 193). Ele denuncia como “dificuldades do paralelismo

psicofísico” a suposição de uma continuidade entre as lembranças latentes e a consciência. Este modo de conceber a relação entre a memória e a consciência desestima o papel do sistema inconsciente na dinâmica das associações mentais e da formação do desejo. Garantida, entretanto, a existência de três sistemas independentes e de uma economia própria do aparelho psíquico, a concomitância dependente apresenta-se como a explicação mais satisfatória para a sua visão das relações entre o psíquico e o corporal. Por este motivo, divirjo das visões teóricas que pretendem separar e resgatar, para a teoria da psicanálise de Freud, uma visão hermenêutica em detrimento de outra suposta parte energética, ou um Freud humanista contrário ao Freud naturalista. Este dualismo, inspirado em um livro de Paul Ricoeur e numa tradição de pesquisa fundada nesta linha (cf. Ricoeur, 1965), inexistente, na minha opinião, para Freud.

Penso que, neste caso, a maneira mais fértil de conceber o funcionalismo de Freud é usar o conceito de *espaço lógico*. O espaço lógico não deve ser confundido com o espaço *tout court*. Este é indistinto da realidade externa, da região extensa e real na qual localizam-se objetos cujas formas o pressupõe. Um espaço assim pensado é nitidamente localizacionista. E, ainda pior, é nitidamente não-lingüístico, ou ingênuo e metafísico com relação a uma filosofia da linguagem suficientemente crítica. Como objetos dados em um espaço lógico, a topografia do aparelho psíquico freudiano mantém-se como um conjunto de possibilidades de sentido cujos referentes escapam ao realismo metafísico. Isto é, podemos tratá-lo como um conjunto de estados possíveis propostos pela teoria, ou propensões a tornarem verdadeiras ou falsas as proposições que neles referem propriedades e relações tipicamente espaciais. Desta maneira, estes objetos têm a mesma forma que a linguagem que os reflete, uma forma lógica. A linguagem tractariana adapta-se facilmente ao esquema conceitual freudiano se nos esquecermos que Freud está tratando de fatos psicológicos em vez de físicos; ou se, ao contrário, acompanhamos o criador da psicanálise na sua suposição de que os fatos psicológicos são realmente dados na experiência interior; ou, ainda, se igualmente colocamos entre parênteses a separação radical entre a lógica e a psicologia no *Tractatus* (cf. Wittgenstein, 1961, §§ 4.112 e 4.1121). Neste caso, temos em ambos os autores uma concepção de linguagem empirista e referencialista. E, dessa forma, o conceito de espaço lógico (idem, §§ 1.13 e 2.11), adaptado por Wittgenstein da termodinâmica de Boltzmann, pode ser, por sua vez, adaptado também para o caso de Freud. Nosso autor não pretende que o aparato psíquico seja realmente, fisicamente, digamos, da maneira como projeta, mas

que reaja daquele modo, que seja potencialmente como afigura a teoria. O conceito de espaço lógico abarca, inclusive, uma observação circunstancial de Freud de que não haveria “necessidade da hipótese de que os sistemas psíquicos realmente se disponham numa ordem espacial” (Freud, 1900, p. 492). Como basta a suposição de uma “ordem fixa” para imaginar a passagem temporal da excitação nervosa (idem, ibidem), nosso conceito não perde a relevância para retratar, também neste sentido, um estado de coisas.

Como se forma, para Freud, o sistema mental? Aqui temos que seguir o rastro da formação dos conceitos freudianos a partir, basicamente, de três textos pré-psicanalíticos: *Para Uma Conceção das Afasias* (1891), *Algumas Considerações Para Um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Orgânicas e Histéricas* (1893) e *Projeto de Uma Psicologia Científica* (1895). A metapsicologia freudiana consignada no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* e nos artigos metapsicológicos de 1915 retoma todo o arcabouço conteudístico e formal da fase inicial dos estudos de Freud. Assim, sabemos que as primeiras experiências perceptivas do bebê geram marcas ou representações sensíveis de prazer e de desprazer em sua mente. Essas idéias mais primitivas são denominadas como “representações de coisa ou de objeto”. Sua função é vital, trata-se de guiar o ser humano, ainda desamparado, a buscar o prazer e evitar o desprazer. Prazer e desprazer, por sua vez, são concebidos de maneira quantitativa. Não são ainda qualidades, e nem, naturalisticamente, poderiam sê-lo. Prazer significa apenas que a mente e o sistema nervoso descarregam, na forma de uma ação motora, uma quantidade de energia de ocupação nervosa de representações mentais; desprazer significa que a mente mantém em ligação ou associadas algumas de suas representações ou idéias. No desprazer, o aparelho psíquico ainda não conseguiu descarregar, o que provoca o acúmulo de quantidade de excitação e uma urgência de ação motora. Se o bebê mamou, por exemplo, descarregou na forma de ação motora a excitação gerada pelas associações de representação de coisa guardadas na memória; ele tem, portanto, prazer. Se ele ainda não mamou e está com fome, suas representações mantêm-se associadas, há um grande acúmulo de quantidade de ocupação energética, ocorrida em função do prazer, mas que, ao não se descarregarem, geram, ao contrário, desprazer. Justamente o primeiro desejar consiste, para Freud, na vivência de satisfação alucinatória: o aparelho antecipa as sensações de prazer e dá causa à urgência de descarregar (Freud, 1900, p. 542).

Mas as representações de coisa não são o único conteúdo do aparelho psíquico. Com maior maturidade e o avanço do tempo entra em cena a *linguagem*. Forma-se no aparelho psíquico, paralelamente às representações de coisa, as chamadas “representações de palavra”. Estas, como sempre, associam-se entre si e também com as representações de coisa, mais primitivas. O ser humano passa a ser capaz, com o tempo, de *nomear* suas percepções. No entanto, a excitação mental oriunda da ocupação de representações associadas funciona de acordo com o princípio do prazer e não segundo o princípio da realidade; segundo os princípios energéticos mais primitivos, e não segundo os mais desenvolvidos. Esta idéia fundamenta a tese da existência de processos primários e secundários, cuja mobilização dispara na mente o recalque (idem, pp. 534-551). Nos processos primários a energia é livre e móvel, sua função é ocupar as representações-meta de prazer e descarregar em seguida o aparelho com uma atividade motora. O aparecimento do processo secundário, porém, dificulta as coisas. A energia permanece ligada para inibir o que parece representar desprazer, e se estabelece uma formação de compromisso (sintoma) que suspende a identidade do pensamento. Essa especulação leva a três conclusões: primeiro, que Freud separa linguagem de pensamento, porque são as representações de palavra que se ligam a representações de coisa equivocadas para desviar a intenção de ação motora dos desejos inconscientes; segundo, que a realidade pode ser distorcida pela mente em função do conflito entre seus desejos inconscientes e seus interesses pré-conscientes e conscientes de conservação da vida; e, em terceiro lugar, que com a aquisição da linguagem e o desenvolvimento da habilidade de uma ação abstrata, da capacidade de formar juízos, os três sistemas mentais – consciente, pré-consciente e inconsciente – já estão bem estabelecidos e autônomos dentro do aparelho.

A passagem das associações ou da ligação entre as representações através dos diferentes sistemas não pode ser direta. Deve haver tradução ou reinscrição da representação no sistema seguinte. Há também vias de ida e de volta. Os desejos inconscientes pressionam para a sua satisfação urgente, o pré-consciente pode recusar esta intenção e reprimir a passagem desses desejos para o plano consciente, impedindo a sua nomeação e reconhecimento. A representação inconsciente associa-se então a representações desviantes por deslocamento ou condensação e procura de volta as suas vias de satisfação. As representações do sistema inconsciente são “traduzidas” no sistema seguinte de modo a garantir que elas permaneçam sempre presentes e atuantes a seu próprio modo no

inconsciente, e de modos distintos nos diferentes sistemas. O aparelho psíquico, quase que inevitavelmente, está impedido de descarregar toda a sua quantidade de energia ocupada. A quantidade de excitação dificilmente se transformará, toda ela, em ação motora pela via da consciência. Entre a realidade e o prazer quase sempre há um conflito. A função da consciência é mediá-lo; e, às vezes, até dissimulá-lo. Quando ocorre a exigência incontida de prazer proveniente do sistema inconsciente, entra em ação o processo secundário para inibir e sobrepor-se ao desejo inconsciente. As representações permanecem, portanto, associadas ou carregadas com quantidades maiores ou menores de ocupação. Essas idéias são traduzidas pela consciência como um sinal de perigo, porém incompreensível. O objetivo da censura é que as associações não se transformem em ação motora e satisfaçam o desejo.

Todo este conjunto de propriedades e relações delinea um conceito de inconsciente essencialmente espacializado, plenamente atemporal, regido pela dinâmica do processo primário, em cujo conteúdo convivem pensamentos contraditórios e depositam-se representações de coisa às quais a linguagem pode ou não denotar.

A psicopatologia segue os mesmos parâmetros estruturais, no sentido de que a histeria, a neurose obsessiva e a esquizofrenia são expressões ou resultados diferentes das incapacidades do aparelho psíquico para resolver o conflito entre o inconsciente e a realidade. Na verdade, podemos interpretar estas incapacidades como *deficiências lingüísticas*: a histérica não consegue dar o nome correto às coisas, isto é, não consegue dar representação de palavra às suas representações de coisas. Quando a repressão do pré-consciente atua sobre a associação natural entre coisa e palavra, a coisa se liga, por deslocamento ou por condensação, a uma palavra inadequada, e o afeto, antes ligado à coisa, procura, como saída, a inervação corporal. A quantidade de ocupação não se descarrega adequadamente. A histérica, em conseqüência, tem uma fala vazia de sentido e distúrbios corporais sem qualquer causa anatômica.

Na neurose obsessiva, o afeto ligado à representação de coisa, liga-se, por causa da repressão pré-consciente, a representações de palavra equivocadas, e a ocupação fica presa entre representações de palavra sem sentido, também por deslocamento ou por condensação, criando para o compulsivo um cativo em seu próprio pensamento. O neurótico obsessivo ricocheteia entre sentidos opostos; por exemplo, entre a santa e a

vagabunda, entre o ódio e o amor, entre limpar e estar sujo, sem conseguir andar para a frente, alcançar seu propósito e cumprir sua meta final.

E na esquizofrenia, as representações de palavra se comportam como se fossem representações de coisa. As últimas têm sentido aberto, as primeiras deveriam ter sentido preciso e fechado. Ao escancarar seu poder de fixar os limites semânticos, a fala esquizofrênica torna-se totalmente desorganizada e a ação, imprevisível.

Conseqüências da Espacialização dos Objetos Mentais

O grande problema das concepções empiristas da psicologia é a necessidade de espacializar as representações mentais. Não há como fazer diferente. Uma vez escolhido o método de constituição do conhecimento, deve-se conceber os objetos mentais à maneira de objetos físicos que mantêm entre si correlações de força, de ação e de reação, estereotipados, geralmente, pela mecânica e pela dinâmica newtonianas. O inconsciente freudiano precisa, necessariamente, ser topográfico. A topografia do inconsciente freudiano não é localizacionista, é claro, não corresponde à anatomia cerebral; mas é funcional a ela: refere-se sempre a “regiões do sistema mental onde quer que estejam situadas no corpo” (Freud, 1915, p. 201). Sem espaço, sejam localizáveis ou meramente funcionais, os objetos mentais não poderiam ser intuídos pela compreensão teórica empirista, nem explicados em termos mecânicos.

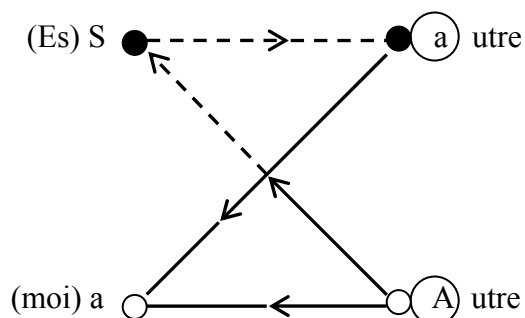
A clínica freudiana comporta-se exatamente de acordo com a concepção espacializada do inconsciente. A cura psicanalítica em Freud consiste em fazer com que o neurótico possa nomear corretamente suas representações de coisa deslocadas pelo sintoma. Por sua vez, o sintoma é a aparência externa do conflito interno não resolvido entre o desejo e a realidade. A clínica busca, então, extrair da fala do neurótico os afetos e representações escondidos por debaixo da camada repressiva para que o paciente possa lidar com os seus conflitos de maneira adulta e civilizada. Em termos adequados à epistemologia do espaço lógico, a clínica freudiana quer desenterrar uma verdade fixa e solitária presa por detrás de uma rede de palavras e oculta numa representação de coisa para restaurar uma função denotativa desarranjada pelo conflito entre a linguagem e o pensamento.

O Inconsciente Temporalizado

Para aquele que pratica a psicanálise lacaniana dificilmente haveria uma verdade fixa e única, ou qualquer outra coisa semelhante, a desencavar por detrás das palavras do paciente. Um psicanalista lacaniano pode até acreditar sinceramente nisto, quando lhe falta o devido esclarecimento filosófico, quando desconhece as fontes primárias e o projeto teórico semi-oculto implementado por Lacan, quando se especializa na repetição irrefletida dos seus clichês e *boutades*; porém, na clínica, não estará fazendo nada mais do que reagir estrategicamente diante da fala do analisando. É somente a posição do analista quem indica, para o analisando, algo de inconsciente no seu comportamento, a sua fonte de conflitos, seus recalques desnudados por equívocos e enganos, em suma, o sintoma que, no fundo, é também o seu gozo. Porém, a precipitação de sentidos provocada pela fala, as suposições, todas, pertencem somente ao paciente. O analista, obrigatoriamente, nada deve saber do analisando, a fim de que a clínica funcione somente pela dinâmica própria do seu jogo, não pelo querer do analista. Aquilo que Lacan chama de “desejo do analista” não pode ser outra coisa senão tornar-se “objeto de desejo”, o que para ele significa ser um nada socrático de saber, uma incômoda diferença, uma função específica, um desejo de não desejar, a abertura de um lugar vazio para provocar, assim, o derrame do fluxo expressivo no interior do *setting* analítico (cf. Lacan, 1964, lição de 10/06/1964). O analista responsabiliza-se apenas pela direção do tratamento, pela condução do jogo dentro do estrito fio das regras, pelo decorrer do tempo logicamente necessário para aplicar, com precisão de arte marcial, as intervenções e cortes nas expressões alienadas que subjagam o eu às potestades lingüísticas e sufocam, esmagado, o sujeito do desejo ao desejo do outro. Se há resistência na clínica, apregoa ousadamente Lacan, esta só pode ser a do analista, não a do analisando (Lacan, 1954, p. 377).

A clínica tem esta prática precisamente porque, na teoria de Lacan, os objetos mentais não são espacializados. A necessidade de que eles sejam apreendidos pelo entendimento, isto é, de que sejam assimilados por uma teoria que constitui objetos empíricos de conhecimento com validade universal e necessária, imediatamente se dissolve. O inconsciente, assim como também o sujeito em sua teoria, são irreduzíveis a coisificações. Não há sequer menção de “objetos mentais” em Lacan. Dessubstancializados, eles se resolvem somente em atos ou eventos: ações, posições, comportamentos descritíveis unicamente por relações interpessoais de troca. Diante de ações singulares, cabem somente *descrições*. Isto é exatamente o que aparece na figura abaixo, jactanciosamente chamada nos *Écrits* de

“esquema L”, que Lacan propôs na lição de 25/05/1955, no seminário intitulado *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (Lacan, 1955). Ela ilustra a relação entre analista e analisando (cf. tb. em Lacan, 1956a, p. 53, e sua explicação em 1956b, pp. 429-430).



A transferência começa a constituir-se numa relação imaginária, especular, representada pela diagonal em linha preenchida à esquerda, na qual o analisando busca no analista respostas de acolhimento, de carinho, de afeição, de cuidado ou de amor. Mascarada sob a forma de demandas de amor, na realidade o analisando procura no analista o saber acerca de si e o que ele deve fazer com relação a esta informação (“quem sou eu?” e “o que queres de mim?” – cf. Lacan, 1960, p. 815). A demanda de amor é, pela dialética do senhor e do escravo, desejo de reconhecimento. O papel do analista é frustrar a relação imaginária silenciando diante das perguntas e recusando-se a satisfazer as demandas de amor que, eventualmente, transformam-se em agressividade. Na realidade, a frustração da relação imaginária, o silêncio diante das perguntas do analisando, é uma *indicação* de que as exigências imaginárias têm um padrão pré-modelado nas relações simbólicas da cultura, ou seja, na maneira como uma pessoa é ensinada e aprende a entabular relações de troca, em particular, relações amorosas, com os outros. “Os outros” é aqui uma expressão genérica que pode ser intercambiada *salva veritate* por “Outro”, aquele único e estereotipado modelo de amor (de reconhecimento, na verdade) ao qual inconscientemente o analisando obedece. “Obedecer” não é uma palavra fortuita: é pelo desejo que se estabelece uma relação de domínio e de escravidão. Por este motivo, a transferência começa sendo imaginária para transformar-se em simbólica. Parte-se da escravidão ao objeto do desejo do Outro, um

objeto brilhante e valoroso escondido imaginariamente no outro, para a travessia do fantasma, no qual este objeto cai e revela-se, assim, o vazio do desejo e a falta de suporte do sujeito. Isto porque a reação do analista à fala do paciente indica (mas não sugere) que no “Outro” não há reconhecimento nem respostas. O “Outro”, na realidade, é a “morte” (Lacan, 1956b, p. 430), no sentido kojeviano da nadificação do ser pelo desejo. Esta indicação está representada pela linha baixa, preenchida, e pela diagonal da direita, metade preenchida, metade pontilhada, que ilustra a relação inconsciente. Todas as linhas que ultrapassam a diagonal imaginária estão pontilhadas exatamente porque representam relações inconscientes. Pelas indicações silenciosas do analista dentro do jogo da transferência, do encontro do desejo do analista com o desejo do paciente, o analisando não tem saída senão haver-se consigo mesmo, desvencilhando-se da passividade e do sofrimento pelo único caminho que lhe é possível; isto é, tomar as rédeas do seu próprio desejo e reconstituir seus objetos fantasmáticos. A posição do analista diante da fala do analisando aponta, por conseguinte, não somente o *Outro* da sua linguagem, mas também as determinações particulares criadas pelo próprio paciente em seus emaranhados lingüísticos, as exigências inconscientes ou as “pulsões” (o “*Es*” ou o “isso”) pelas quais ele deseja e tem objeto de desejo. A princípio o paciente enxerga somente as esferas ou os personagens brancos, e não se apercebe das esferas ou personagens pretos. Depois, no entanto, vai se tornando claro o drama no qual está inserida a história da sua vida. A clínica lacaniana desdobra-se, portanto, em quatro personagens e assemelha-se mais a uma mesa de jogo de cartas do que à tradicional relação analítica, apenas intersubjetiva. A linguagem na relação analítica é a regra do jogo, o analista distribui as cartas de acordo com as regras, e a sua distribuição de cartas entre os jogadores indica para o paciente a quantidade de jogadores, quantas cartas cabe a cada um, os valores dessas cartas, e o que ele, paciente, deveria perceber para não mais perder suas partidas.

Onde estaria o inconsciente nesta clínica? Obviamente, em lugar nenhum. Dentro de um jogo quase todos os atos são inconscientes. Dentro da história, todo o entorno nos involucra e ultrapassa de longe a consciência. Jogamos pelo modelo do nosso aprendizado e segundo a nossa habilidade pessoal, não com a consciência nem com a razão. Como diz Wittgenstein, “obedecemos a regras cegamente” (1958, § 219). O jogo é uma atividade, não é um pensamento; as regras não estão em lugar nenhum, não podemos vê-las nem tocá-las, elas “existem” no decorrer ou no acontecimento da própria ação e são dela inseparáveis. Há

regras enquanto se joga, imiscuidas nos lances, nas jogadas; termina o ato e já não há regras. O tempo é lógico, não cronológico: diante da dúvida, a certeza é antecipada pela articulação prática das regras do jogo; faz-se um lance ou perde-se definitivamente a oportunidade (Lacan, 1945). O tipo de clínica concebida por Lacan requer um conceito de inconsciente como *ato*.

Observemos, a título de amostra, duas das definições lacanianas de “inconsciente”. A primeira reza: “O inconsciente é aquela parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para estabelecer a continuidade do seu discurso consciente” (1953, p. 258).

Nesta definição, o inconsciente é uma relação entre o eu e o outro. Acontece, é um evento não coisificável, está nas entrelinhas dos encontros, nas regras pelas quais se pautam as trocas, não é uma presença de uma coisa entre outros objetos. São, de fato, as atitudes de pergunta e de resposta que falham, que não dão certo na fala que ocorre dentro de um contexto histórico e social determinado. Mais adiante no texto, Lacan revela que o inconsciente é como “um capítulo em branco” na história do sujeito, um pedaço da sua fala ocupada por uma “mentira”, um sentido censurado cuja explicação pode ser reencontrada nos “monumentos”, nos “documentos de arquivo”, na “evolução semântica da língua”, nas “tradições”, nos “traços das distorções” revelados, por contraste, nos capítulos que enquadram a totalidade da sua narração pessoal. Em outros termos, Lacan nos diz que é a totalidade histórica e social do indivíduo que dá algum sentido ao que na sua fala não tem nenhum sentido. No entanto, este sentido da continuidade histórica e social da fala do sujeito não é a constituição de uma compreensão de tipo diltheyniano, a formação de um juízo reflexivo pela instituição de uma hipótese-guia, uma descrição, enfim, mas a apreensão da forma simbólica pelas regras das relações de troca.

Na segunda definição, de 1964, em “A Posição do Inconsciente”, temos: “O sujeito, (...) é o pressuposto do inconsciente... O Outro é a dimensão exigida daquilo que a fala afirma em verdade. O inconsciente é entre os dois o seu corte em ato” (1964a, p. 839).

O inconsciente não existe senão como ato, evento contingente, casual, que surge sem aviso prévio e desaparece sem deixar sinais. É a maneira de compreendermos que entre o individual e o social existe sempre uma descontinuidade causal. Espaço que poderia ser ocupado pela subjetividade e pelo desejo, indefiníveis como receita e como conceito, caso o eu não estivesse subjugado pela heteronomia. O que se denomina como “inconsciente”

parece ser, em Lacan, o recorte temporal desta revelação. Recorte que só tem sentido desde que demarcado e compreendido pela atividade clínica. Um conceito de inconsciente, temporalizado dessa forma, não funciona como padrão apropriado para uma teoria dos estados e processos mentais no qual a psicologia é espacializada. Lacan denuncia claramente a impropriedade clínica de fazer do inconsciente um interior (1966e, p. 838). Ao contrário da atemporalidade e da espacialização, o retorno do recalcado provém do “futuro anterior” (Lacan, 1961, lição de 09/05/1962). Explica-se: um corte na fala produz uma asserção de certeza antecipada e revela, retroativamente, uma intenção oculta para o sujeito. A sua fala é, na realidade, um projeto, o desfiar de uma intenção, movimenta-se operada por um “que queres de mim?” no qual, presume, terá atingido o objetivo de obter a resposta à pergunta “quem sou eu?”. Édipo, ao responder aos clamores do povo para salvar Tebas da peste, precipitar-se-á numa série de acontecimentos imprevistos nos quais reconhecerá, depois de acabada a sua desdita, a posição passiva que ocupou diante da verdade cruel já revelada anteriormente pelo oráculo: haveria de assassinar o pai e desposar a mãe.

A psicopatologia de um inconsciente temporalizado caracteriza-se, logicamente, de maneira totalmente distinta do caso freudiano. A histeria torna-se, segundo a nova compreensão, uma posição ocupada na fala para que o desejo se resolva somente de uma forma, a insatisfação. A estratégia histérica, para isto, consiste em seduzir o outro para elevá-lo à condição de senhor e a ela, por conseguinte, como escrava do seu desejo. A queixa da falta de desejo próprio, evidentemente, não pode deixar de surgir nesta posição propositadamente inalterável, e a histérica, então, derroga o senhor do seu posto, reduzindo-o à mais humilhante das condições para buscar um novo senhor ao qual novamente se escravize.

No caso da neurose obsessiva, o desejo resolve-se como impossível. A estratégia consiste em elevar o senhor a um patamar de inatingível alcance. A este senhor o neurótico obsessivo se escraviza como devedor. O desejo não pode ser consumado, portanto, e se estabelece uma relação ambígua de amor e ódio, prendendo-se o neurótico obsessivo entre a agonia da escravidão e o anseio pelo senhorio.

Na psicose, o sujeito estabelece, à revelia da realidade consensual, o seu próprio mundo e o seu senhor, a quem ama e odeia alternadamente. O desejo não se realiza, nem poderia

realizar-se, na plenipotência do imaginário, nem tampouco no cosmos caótico do real onde a fala se desorganiza completamente.

Os Problemas Epistemológicos e Clínicos do Lacanismo

Não obstante tão geniais resoluções dos problemas metafísicos da teoria psicanalítica – tratam-se de soluções relacionais que dissolvem a anterior espacialidade dos eventos mentais – Lacan aferrou-se, assim como Freud, a um inexplicável desejo de legitimação acadêmica. Não buscou no empirismo, obviamente, as respostas para a sua empreitada, mas assimilou, a partir de 1953, e, a seguir, acomodou-se à grande novidade intelectual francesa do seu tempo para outorgar cientificidade às humanidades: o estruturalismo.

É perfeitamente correto dizer que o estruturalismo de Lacan não é um estruturalismo ao pé da letra, posto que o psicanalista francês tentou moldar uma teoria do sujeito aos imperativos da teoria dos sistemas organizados sem sujeito (cf. Nobus, 2003, pp. 50-68). Mas o que interessa na sua peculiaridade teórica é que Lacan encontrou nos “matemas” uma maneira bastante adequada de validar a sua até então desorganizada *ontologia negativa* (para a relação entre a concepção negativa de linguagem de Kojève e sua assimilação por Lacan, cf. van Haute, 1992, pp. 229-235). As correlações formais entre significantes foram úteis para “mostrar” o que “não é” numa teoria da clínica. O sujeito, obviamente, não existe em nenhum lugar. Assim como o inconsciente, ele é significado em um ato evanescente, de tipo diferencial, para dar continuidade a um discurso concreto que havia falhado. O sujeito, quando existe, ocorre em ato e dele é indissociável. Neste sentido, o estruturalismo – por natureza, sem sujeito – pode ser perfeitamente adequado para a empresa teórica lacaniana, se esta afrouxa-lhe as amarras para acomodar o vazio no qual não há sujeito. Em outras palavras, por meio de conceitos mais formais que propriamente estruturalistas, no sentido pleno em que se expressava essa escola de pensamento, Lacan outorga caráter demonstrativo para o que até 1953 não ultrapassava ainda a antropologia existencial de Kojève. O sujeito, deste modo, passa a ser definido como aquilo que “o significante representa para outro significante” (Lacan, 1960, p. 819). O significante não tem função de representar o significado (Lacan 1957, p. 498); no entanto, representa o sujeito (sem significado) para outro significante, na medida em que “o efeito da linguagem é a causa introduzida no sujeito” (Lacan, 1964a, p. 835). Isso quer dizer que só há sujeito

quando este demanda o reconhecimento do seu desejo a um significante, isto é, quando estabelece com a linguagem uma *relação*, relação esta que só pode ser a de uma “luta por puro prestígio”, pois é somente mediante uma demanda que seria possível interrogar sobre si, desejando, deste modo, pelo desejo do outro. Temos aqui, por conseguinte, a assimilação do estruturalismo pela via kojeviana. O Outro mediante o qual desejo, o Outro com quem estabeleço uma luta por reconhecimento, é agora a linguagem. Na medida em que significantes só remetem a outros significantes, na medida em que a sua relação é somente entre si, e somente por diferenciação, só obtem informação (que não é nenhuma informação) sobre si nos significantes indiferentes e deslizantes nos quais ele atou, em particular, a sua “luta por puro prestígio”. Neste sentido é que Lacan pode dizer que “isso fala dele” (idem, p. 835), dando a entender que na forma da linguagem é possível mostrar, mas não é possível “explicar”, uma causalidade retroativa.

Perde-se, sem justificativas, essa necessidade de “mostração”, como quer Lacan, ou de “demonstração”, para dizê-lo corretamente, de eventos temporais numa suposta lógica temporal. Não há um porquê argumentativamente válido para responder pelo uso de formalidades lingüísticas, elas não se justificam nem se ajustam ao próprio projeto lacaniano. Existe, de fato, uma imposição contrabandeada de uma novidade teórica, como se esperássemos uma espécie de legitimação científica proveniente da própria academia francesa. No período tardio das formulações de Lacan, no entanto, aprofunda-se o enredamento entre o vazio e a linguagem, e a relação de luta não será mais com os significantes fundamentais do desejo, mas com a ausência que por eles se faz presente: a impossibilidade da relação sexual e o gozo não inscritível no simbólico. Trata-se do período da precedência do real, definido como “aquilo que não cessa de não se escrever” (Lacan, 1973, lição de 20/03/1973).

Lacan criou dois problemas metafísicos graves para a sua metapsicologia. O primeiro foi o de incorporar e aprofundar a ontologia negativa de Kojève. Não me estenderei sobre este ponto aqui (para isto, cf. Borch-Jacobsen, 1990, van Haute, 1992, e Almeida, 2004). O segundo, foi misturar ou assimilar o kojevismo ao formalismo lingüístico. Lacan não somente confundiu a linguagem com a cadeia significante, como também se enredou com a topologia e inventou nós borromeanos para formalizar e fixar o ensino do seu inconsciente temporalizado, tentando mostrar no deslizamento e na manipulação das formas o que não pode ser dito. Estas “formalizações dinâmicas”, cada vez mais complicadas, sempre

estiveram organizadas em torno da falta ou da impossibilidade pela qual Kojève compreendeu o real sob o ponto de vista do desejo humano. A manipulação de anéis borromeanos é um resultado triste de uma forma de filosofia negativa e totalizante na qual as irreduzibilidades conceituais de termos como o de inconsciente ou de sujeito são tomados como manifestações empíricas de um certo “não-todo”. O tempo lógico aqui sucumbe à metafísica do hegelianismo *à la* Kojève.

Entretanto, é óbvio que significantes – assim como objetos topológicos, matemas e nós borromeanos – não são objetos empíricos. Eles não estão “ali”, diante de nós, no cotidiano comum e corrente da nossa vida. São invenções conceituais arquitetadas para organizar a experiência. São tão inventados quanto os signos da astrologia ou os números infinitos de Cantor. Um significante, é claro, não reflete a luz do sol, não se submete à lei da gravidade, nem ocupa lugar no espaço. Falar de “significantes” só faz sentido como forma de ordenar uma experiência particular, neste caso “a linguagem”. Se reunimos um grupo suficientemente forte de teóricos que sustentem esta forma de compreensão do que seja “a linguagem”, se essa teoria for martelada, multiplicada e repetida por muita gente e por um tempo suficientemente longo, podemos acabar aceitando sem crítica que o fenômeno lingüístico consiste em formações mentais externalistas, pertencentes a uma comunidade de falantes, independentes dos indivíduos e do mundo físico, mas formadas por uma correlação diferencial entre suportes sonoros (físicos) nos quais reconhecemos “fonemas”, assim como distinguimos “significados” ou “conceitos particulares” quando correlacionamos em conjunto alguns desses fonemas.

Não obstante as teorias, é igualmente visível que formas de expressão, sobretudo as teóricas, são somente *proposições gramaticais*; ou seja, são também, como em qualquer outro caso, o estabelecimento ou a instituição de regras de jogo, a composição de elementos arbitrariamente construídos para orientar uma determinada atividade, mas que são tomados por naturais, por coisas fixas, já que não podem ser postos em dúvida sem perda de sentido, sem que essa prática se desfça pela própria interposição da dúvida. Wittgenstein já nos havia alertado sobre o “feitiço” que certas formas de expressão podem exercer sobre nós (1958, § 109). Este efeito de ilusão pode ocorrer precisamente porque as proposições gramaticais não podem ser verdadeiras nem falsas; ao contrário, são elas que estabelecem o critério de veracidade e de falsidade da experiência, e o que dentro dela faz sentido.

“A gramática desceve o uso de palavras numa linguagem. Deste modo, ela tem, de alguma forma, a mesma relação com a linguagem que a descrição de um jogo, as suas regras, tem com o jogo”. (Wittgenstein, 1974, § 23).

Conceber a linguagem como uma articulação diferencial, escorregadia e ilimitada entre significantes e significados, é como dizer, por exemplo, que “o vermelho é mais escuro que o rosa”, ou que “o metro mede um metro”. Como *fundamentos de sentido*, como organização da fala em conjunto com a ação, as proposições gramaticais acabam tendo a aparência de “obviedades”. Se repararmos bem, entretanto, essas frases óbvias não podem ser questionadas, sob pena de que a nossa ação se paralise por falta de conjunção com as “regras da prática”. Existiria, por exemplo, um vermelho mais claro que o rosa? Existiria um branco mais escuro que o preto? Se existissem, nossa escala cromática perderia o sentido, e teríamos que inventar outra, por absoluta falta de orientação. Um metro não mediria um metro? Poderíamos organizar nossa vida sem nenhum padrão de medida? Assim como estes exemplos de proposições gramaticais, isto é, de construções teóricas orientadoras da ação que nada têm a ver com o mundo empírico senão o fato de que *ordenam o mundo empírico*, a idéia da cadeia significante é, também, formulada em termos de proposições gramaticais, uma instituição lingüística arbitrária que orienta uma prática empírica; a saber, a de ordenar, entender e atuar com a linguagem ou, mais propriamente, com o “fenômeno lingüístico”. Esta é a metafísica assumida por Lacan.

Nosso autor, por um lado, dessubstancializou o inconsciente, o sujeito e a clínica psicanalítica; por outro lado, porém, coisificou a linguagem para abrigar a sua teoria em fórmulas fixas, para tentar referir-se à irreducibilidade do inconsciente e do sujeito sem comprometer-se com o uso que faz do seu instrumento de composição teórica. Mesmo sendo fato que Lacan em 1973 dessubstancializa, afinal, a linguagem, e dá adeus à lingüística estrutural em favor do conceito de “lalangue” (cf. Lacan, 1973, lição de 26/06/1973), permanecem ainda na sua teoria os matemas como formas fixas, o vazio explicativo do gozo em associação com significantes fundamentais do desejo que presentificam, sem explicações, a impossibilidade, e os anéis borromeanos como leituras topológicas da relação entre o sujeito e seus gozos mediante as modalidades da linguagem. Nada tenho de especial contra as metafísicas. A metafísica, em si, nada tem de deplorável. Se a sua utilidade prática se comprova, por que não utilizá-la? Parece-me bastante razoável ainda utilizar nossa escala cromática da maneira como está para nós constituída. Não tenho

notícia de que ela haja causado qualquer problema significativo para os artistas plásticos, como imprimir limitações ou obstaculizar a sua expressão, nem muito menos para nós, os mortais mais comuns. O mesmo poderia ser dito na atividade de mensuração, não há notícia de que para medir seria mais prático e efetivo usar outro padrão físico como “um metro”, ou não usar nenhum padrão.

Porém, quanto aos “significantes”, ou, mais precisamente, quanto a uma concepção de linguagem tomada pela forma, e não pela ação, acredito que há problemas práticos. Posto que a utilidade prática no campo da psicanálise restringe-se à clínica, e a clínica resolve-se muito bem apenas com a idéia da posição do analista diante da fala do analisando, os significantes, neste ponto de vista, afiguram-se como *acréscimo desnecessário*. Se desejamos ser eminentemente práticos, como diz Ockham, as entidades não devem ser multiplicadas sem necessidade. Se há entidades metafísicas sobressalentes no espaço do *setting* analítico, há sempre o risco de algum tropeço. Um psicanalista desavisado poderia estar em busca, por exemplo, do “significante fundamental do desejo” do paciente. Poderia estar procurando significantes na fala do analisando, pontuando-os, escandindo significantes, em vez de atentar para o que se faz quando se fala. O ponto problemático é que não há como escolher e decidir entre significantes, saber o que é relevante escandir na fala, a não ser que eles já tenham sido anteriormente significados pelo analista – o que representa por si só uma *contradictio in actu*. Além disso, abstratamente, falar de significantes só tem sentido se a expressão teórica tiver significado teórico. Fato que também constitui um paradoxo irresoluto entre uma concepção de linguagem e a sua prática clínica.

Conclusão e Proposição

Tratando do sofrimento psíquico e dos comportamentos irracionais, a psicanálise não poderia, aparentemente, legitimar-se nem como disciplina explicativa nem como ciência compreensiva. Seu material de trabalho, os objetos ou eventos mentais, dificilmente poderiam ser tratados por uma teoria de maneira filosoficamente adequada, justificada, sem causar imediatamente confusões conceituais. Ao que parece, se tratamos a psicologia como descrição e não como expressão, nada mais teremos nas mãos senão água escorrendo entre os dedos. Se nos aferramos, como Freud, à descrição, estas podem ser potencialmente infinitas, já que não há como comprovar a sua veracidade. Os objetos psicológicos não

estão realmente no espaço. É a nossa maneira usual de nos referirmos aos fatos psicológicos, maneira espacializada, apoiada na linguagem que se refere a objetos, que nos ilude. Por isto, quando fazemos descrições de fatos psicológicos, por mais diferentes que sejam de outras descrições, nossa teoria não pode estar nem mais nem menos correta que outra teoria. Como demonstrou Canguilhem, as psicologias se reproduzem pelas metodologias mais díspares possíveis ao mesmo tempo em que deixam escapar pelas mãos o seu real estatuto científico. E, por outro lado, se nos prendêssemos, como fez Lacan, à tentativa de indicação formal da irreducibilidade dos fatos psicológicos, à sua demonstração negativa pelas formas da linguagem, perderíamos o tempo lógico da ação pelo arrebatamento ao vazio do infinito. Nada disso, penso, pode se qualificar como uma boa promessa, como um método digno de constituir-se em saber teórico, como uma aposta razoável, digamos. Temos aí, portanto, uma boa razão para entender por que as teorias na área da psicologia se multiplicam *ad infinitum*: onde tudo pode ser dito, nada faz sentido. A indagação de Canguilhem continuaria a ter plena vigência.

O fracasso epistemológico da psicanálise poderia, entretanto, converter-se numa proposição positiva se abandonássemos a pretensão de legitimação científica e deixássemos de lado a multiplicação de entidades metafísicas explicativas. Neste caso, a psicanálise deveria ater-se somente à sua tradição, a clínica do inconsciente (dos atos inconscientes), sem perder-se nas filosofias. Bastaria, para isto, dispor de uma carga metafísica suficientemente mínima para dar conta do *setting* analítico. Como isto poderia ser feito? (E neste ponto sigo uma sugestão proposta e discutida nas aulas do Prof. Osmyr Faria Gabbi Jr., além de recuperar a clínica lacaniana com muito menos metafísica).

Sabemos que a clínica psicanalítica se estabelece com a transferência. Na realidade, o que se chama de “transferência” é, usando outro modo de expressão, um jogo que se resume por uma “regra fundamental”. A “regra fundamental” é o componente constitucional da psicanálise. É o penhor da sua tradição. E o que se chama de “fundamental” na psicanálise é a fala, ou a relação, possível e necessária, entre o analisando e o analista.

Pela regra fundamental da psicanálise, o analisando deve circunscrever-se a tudo falar sem nada ocultar por motivos de vergonha, medo ou crítica. É o que se denomina na tradição psicanalítica como “associação livre”. E pelo lado do analista, este não pode fazer nada que possa criar obstáculos à livre associação. Pelo contrário, a sua única posição possível é a de favorecer o livre fluxo da fala. Por tais regras, como se pode jogar o jogo? Entrariam então,

pela psicopatologia minimalista, sete formas de atitudes proposicionais, sete formas de ação psicopatológica, correspondentes a sete diferentes tipos de atos de fala. Estes são:

- (a) Histeria – o outro é incapaz de atender à minha demanda.
- (b) Neurose Obsessiva – sou incapaz de atender à demanda do outro.
- (c) Perversão – finjo atender à demanda do outro.
- (d) Depressão – não faço demandas nem as acolho.
- (e) Mania – sou capaz de atender à demanda do outro.
- (f) Paranóia – o outro demanda sem que eu haja demandado.
- (g) Esquizofrenia – constituo o outro a quem demando.

Como jogo de linguagem, restrito somente a regras mínimas com o mínimo de metafísica, a psicanálise não seria mais um “saber sobre”, não teria mais por que multiplicar-se, em tendência infinita, na forma de distintos subtipos teóricos. Sendo nada mais que um “saber-fazer” ou um “saber-como”, qualquer subtipo teórico da psicanálise, estando de acordo com a “regra fundamental”, estaria imediatamente de acordo com a metapsicologia minimalista. A explicação teórica desta metapsicologia, a sua metafísica, seria a diferença entre as distintas escolas. Porém, sobre a metafísica, assim como sobre as “ilusões transcendentais” que critica Kant em sua dialética, é ocioso discutir. Restringindo-se a não mais que uma atividade lingüística, um determinado jogo de linguagem com regras bem estabelecidas pela tradição, a psicanálise mater-se-ia como clínica centrada na fala, e a sua teoria, circunscrita meramente à prática da clínica, seria informada por uma concepção pragmática da linguagem, que concebe a fala como ação e dispensa qualquer tipo de concepção de verdade. A metapsicologia trataria somente das atitudes proposicionais como ações inconscientes. O propósito do psicanalista seria, neste sentido, fazer fracassar os atos de fala conflitivos do analisando. A cura, fim da clínica, viria por acréscimo, não por necessidade.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João José R. L. (2004). “A Compulsão à Linguagem na Psicanálise: Teoria Lacaniana e Psicanálise Pragmática”. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH- Unicamp.
- AMACHER, Peter (1965). “Freud’s Neurological Education and its Influence on Psychoanalytic Theory”. In: **Psychological Issues** 4 : 4.

- BORCH-JACOBSEN, Mikkel (1990). *Lacan, Le Maître Absolu*. Paris, Flammarion.
- BUTLER, Judith P. (1993). *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. New York, Columbia U. Press, 1987.
- CANGUILHEM, Georges (1958). "Qu'est-ce que la psychologie?" In: *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*. 7ème éd. Paris, Vrin, 1989, pp. 365- 381.
- DILTHEY, Wilhelm (1883). "Einleitung in die Geisteswissenschaften". In: *Gesammelte Schriften*, Band I. Stuttgart, B. G. Teubner Verlagsgesellschaft, 1990.
- FORRESTER, John (1980). *Language and the Origins of Psychoanalysis*. London, MacMillan Press.
- FREUD, Sigmund (1891). *Zur Auffassung der Aphasien*. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag, 1993.
- _____ (1893). "Quelques Considérations Pour Une Étude Comparative des Paralysies Motrices Organiques et Hystériques". In: *Gesammelte Werke*, Band I, Frankfurt a. M. Fischer Verlag, 1987.
- _____ (1895). "Projeto de Uma Psicologia". In: *Notas a Projeto de uma Psicologia: As Origens Utilitaristas da Psicanálise*. Tradução de Osmyr F. Gabbi Jr. Rio de Janeiro, Imago, 2003, pp. 171-260.
- _____ (1900). *A Interpretação dos Sonhos*, v. II. [*Die Traumdeutung*, G.W.,3]. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. V. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1913). "O Interesse Científico da Psicanálise". [*Das Interesse an der Psychoanalyse* (G.W., 8, 390-420.)]. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1915). "O Inconsciente". [*Das Unbewusste*, G.W., 10]. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1917). "Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse". In: *Gesammelte Werke*, Band XII. Frankfurt a. M. S. Fischer Verlag, 1987 (1947).
- _____ (1938). "Esboço de Psicanálise" [*Abriss der Psychoanalyse* (G.W., 17)] In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- GABBI Jr., Osmyr Faria (2003). *Notas a Projeto de uma Psicologia: As Origens Utilitaristas da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Imago.

KIMMERLE, Gerd (2000). *Denegação e Retorno. Uma Leitura Metodológica de Para Além do Princípio de Prazer, de Freud*. Piracicaba, Editora Unimep.

LACAN, Jacques (1945). “Le Temps Logique et L’Assertion de Certitude Antecipée, Un Nouveau Sophisme. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 197-213.

_____ (1953). “Fonction et Champ de la Parole et du Langage en Psychanalyse”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 237-322.

_____ (1954). “Introduction au Commentaire de Jean Hyppolite”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 369-399.

_____ (1955). *Le Séminaire, Livre II, Le Moi Dans La Théorie de Freud et Dans la Technique de la Psychanalyse*. Paris, Ed. du Seuil, 1978.

_____ (1956a). “Le Séminaire Sur la Lettre Volée”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 11-54.

_____ (1956b). “La Chose Freudienne ou Sens du Retour à Freud en Psychanalyse”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 401-436.

_____ (1957). “L’Instance de la Lettre Dans L’Inconscient et La Raison Depuis Freud. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 493-528.

_____ (1960). “Subversion du Sujet et Dialéctique du Désir Dans L’Inconscient Freudienne”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 793-827.

_____ (1961). *Le Séminaire, Livre IX: L’Identification* (Seminário inédito).

_____ (1964a). “Position de L’Inconscient”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 829-850.

_____ (1964b). *Le séminaire, Livre XI, Les Quatre Concepts Fondamentaux de la Psychanalyse*. Paris, Ed. du Seuil, 1973

_____ (1966). “La Science et la Verité”. In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, 1966, pp. 855-877.

_____ (1973). *Le Séminaire, Livre XX: Encore*. Paris, Ed. du Seuil, 1975.

LAGACHE, Daniel (1949). *L’Unité de la Psychologie*. 4. ed., Paris, PUF.

MACINTYRE, Alasdair (1958). *The Unconscious: A Conceptual Analysis*. London, Routledge, rev. ed., 2004.

- MILNER, J.C. (1966). "Avertissement". In: *Qu'est-ce que la psychologie?* 3. ed. Paris, Editions du Seuil, 1972. p. 73-74.
- NOBUS, Dany (2003). "Lacan's Science of the Subject: Between Linguistics and Topology". In: Rabaté, Jean-Michel (org.). *The Cambridge Companion to Lacan*. London, C. U. Press, pp. 50-68.
- RICOEUR, Paul (1965). *De l'interprétation. Essai sur Freud*. Paris, Ed. du Seuil.
- SASS, Louis (1994). *The Paradoxes of Delusion. Wittgenstein, Schreber, and the Schizophrenic Mind*. Ithaca, Cornell University Press.
- van HAUTE, Philippe (1992). "Lacan's Philosophical Reference: Heidegger or Kojève?". In: **International Philosophical Quarterly** XXXII (2) 126: 225-238.
- WINOGRAD, Monah (2004). "Entre o Corpo e o Psiquismo: A Noção de Concomitância Dependente em Freud". In: **Revista Psychê** VIII : 14.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1958). *Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell.
- _____ (1961). *Tractatus Logico-Philosophicus*. London, Routledge & Kegan Paul.
- _____ (1974). *Philosophical Grammar*. Oxford, Blackwell.